



ATA N.º 2352

1 Aos dezessete dias do mês de março do ano de Dois Mil e Nove reuniram-se em caráter
2 ordinário, às dezoito horas e trinta minutos, em última chamada, na sala de Reuniões do sexto
3 pavimento das Secretarias de Obras e Viação e do Planejamento Municipal, nesta Capital, os
4 seguintes Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental: **Márcio**
5 **Bins Ely**, titular da Secretaria de Planejamento Municipal, como presidente da sessão;
6 **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento Municipal de Habitação; **Júlio Miranda**, titular
7 da Empresa Pública de Transporte e Circulação; **Rosane Zottis Almeida**, titular do Gabinete
8 do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente da Secretaria do Planejamento Municipal; **René**
9 **de Souza**, primeiro suplente da Secretaria Municipal de Gestão; **Liseane Santos Rocha**
10 **Cortez**, titular da Secretaria de Meio Ambiente; **Dino Damiani**, primeiro suplente da
11 Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura; **José Euclésio dos Santos**, titular da
12 Associação Gaúcha dos Advogados Direito Imobiliário Empresarial; **Analino Zorzi**, titular, e
13 **Nilza Colombo**, primeira suplente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; **Jaime**
14 **Rodrigues**, titular do Instituto de Planejamento e Estudos SocioAmbientais; **José Luiz**
15 **Domingues**, titular da Ordem dos Advogados do Brasil; **Antônio Zago**, titular, **Hilton**
16 **Reimann**, primeiro suplente, e **Sandra Saffer**, segunda suplente do Sindicato da Indústria da
17 Construção Civil; **Jorge Larré**, segundo suplente do Sindicato dos Trabalhadores nas
18 Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Romano Botin**, titular da Sociedade de
19 Engenharia do Rio Grande do Sul; **Alan Cristian Fabile Furlan**, titular da Região de
20 Planejamento Um; **Marcia Bica**, titular da Região de Planejamento Dois; **Helena Cristina**
21 **Borges**, titular da Região de Planejamento Três; **Lauro Rossler**, segundo suplente da Região
22 de Planejamento Cinco; **Eduíno de Mattos**, titular da Região de Planejamento Sete; Leonite
23 **Ana Gheno**, titular, e **Heverson Luis da Cunha**, primeiro suplente da Região de Planejamento
24 Oito; **Alceu Rosa da Silva**, titular da Temática Organização da Cidade Desenvolvimento
25 Urbano e Ambiental e **Ana Paula Tomasi**, secretária executiva e relatora dos trabalhos. O
26 **Presidente** questionou se havia alguma correção à ata. Conselheiro **Eduíno solicita que seja**
27 **corrigida a linha 35 da página 1**, referente ao seu pedido de informações ao presidente do
28 Conselho sobre o processo relativo a aérea do Estaleiro Só propondo a inclusão do texto:
29 “localizar o ofício que foi protocolado na SMOV/SPM em quatro de novembro de dois mil e oito,
30 protocolo número 001.060457.08.2 endereçado ao secretário da SPM, para que a cartografia
31 faça a medição da área do extinto Estaleiro Só S/A”. O conselheiro formaliza novamente o
32 pedido de providências ao Secretário, para que receba informações sobre o referido processo.
33 A ata foi colocada em votação com a retificação proposta e foi aprovada com quatorze votos
34 favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. **Presidente** ratifica a combinação feita
35 anteriormente pelos Conselheiros sobre a decisão de enviar as atas do CMDUA a todos os
36 órgãos de governo, dando ciência e solicitando respostas inerentes aos temas discutidos.
37 Solicitou à relatora que os e-mails dos destinatários deverão ser salvos para que se possa ter
38 um controle daqueles que as recebem. O **Presidente** iniciou as **comunicações**. Conselheiro
39 **Jaime** sugeriu a leitura de uma matéria publicada no jornal “Diplomatic” referente à moradia
40 popular e investimentos na habitação, lembrando da importância da dedicação à área social e
41 urbana. Conselheiro **Zorzi** lembrou que a presente data é o dia em que anteriormente foi
42 combinado que seriam apresentados pelos conselheiros os temas diversos a serem discutidos
43 na reunião do CMDUA do dia trinta e um de março. Decidiu-se que as sugestões de temas
44 serão enviadas por e-mail para a secretária executiva do CMDUA até a segunda feira próxima,
45 para que possam ser apreciados na reunião do dia vinte e quatro de março. Conselheiro
46 **Heverson** sugeriu atenção para a questão do hospital da Restinga e para a quantidade
47 elevada de obras que têm sido executadas de forma demorada na região, assim como
48 lamentou o aumento de cidadãos soropositivos na cidade e o número elevado dessa parcela
49 da população na Região de Planejamento Oito. Conselheiro disse que o ofício questionando o
50 regimento interno do CMDUA já estava redigido e o entregou ao Presidente. Sobre o processo
51 de aéis 6118, o conselheiro diz que ainda não entrou na paula para análise. Contudo, outra



ATA N.º 2352

1 questão lhe chamou atenção, que diz respeito à carência de obras estruturais existentes na
2 cidade, dizendo que a SMOV não se fez presente na reunião em que sua região discutiu esse
3 tema e que gostaria se possível, de obter maiores esclarecimentos sobre essa questão com o
4 conselheiro Breno. Conselheira **Márcia** pediu para já deixar registrada a sua sugestão de
5 debate para o dia trinta e um, esta que se refere à regulamentação da lei 599 que trata da
6 regularização de imóveis. Conselheira **Helena** citou uma reportagem que leu no jornal Diário
7 Gaúcho que reflete a diferença entre pobreza da população e a marginalidade. Citou o caso de
8 um morador de rua que mesmo em condições precárias, cultiva sob a ponte do Arroio Dilúvio,
9 situado no cruzamento da Avenida Ipiranga com a Rua Santana, uma horta, um jardim e
10 mantém o local higienizado. Além deste caso, se referiu ao absurdo que representa os
11 cuidadores de carro que coíbem os motoristas a dar dinheiro em troca do estacionamento, e
12 que foi vítima duas vezes de alteração da placa do seu carro por não aceitar esta situação.
13 Conselheiro **Euclésio** reiterou o pedido de nomeação de uma comissão que represente o
14 CMDUA junto a Câmara de Vereadores de Porto Alegre e sugeriu a discussão sobre os prós e
15 os contra dessa instituição. **Presidente** diz que foi formalizada essa proposta e sugeriu que se
16 reflita sobre o assunto, inclusive pelo perfil “eclético” dos integrantes do CMDUA e pelas
17 contradições que por vezes existem no seu interior. Presidente lembra que além da criação de
18 uma comissão, existe a possibilidade de o Conselho ter um acento na Câmara para ser
19 representado. Conselheiro **Romano** enfatizou a necessidade de a comissão representar a
20 opinião do Conselho como um todo e defender exatamente o texto que foi relatado e aprovado
21 pelo mesmo. **Presidente** esclarece que existem diferentes formas de representação.
22 Conselheiro **Romano** ratifica que a comissão teria o dever de representar as decisões do
23 Conselho junto a Câmara e não junto ao Fórum das Entidades. Conselheira **Sandra** reiterou o
24 discurso de Romano e opinou que uma comissão deve representar as decisões do Conselho
25 fielmente, mesmo que particularmente o conselheiro representante pense de outra forma.
26 Conselheiro **Jaime** exemplificou que assim como o IPES está no Conselho e faz parte do
27 Fórum das Entidades, prefere que a sua entidade esteja na Câmara representando os seus
28 interesses particulares, se esses divergirem das decisões originadas no Conselho, ou seja, que
29 prefere reapresentar uma opinião da IPES ao invés de idéias por ventura contraditórias do
30 interior do Conselho. Conselheiro **Romano** enfatizou que deve haver um compromisso de
31 defender o texto aprovado no Conselho, mas que nada impede que o conselheiro Jaime não
32 participe da comissão e represente apenas a sua entidade. Conselheiro **Eduíno** defendeu que
33 não se pode ter dupla representação, que o Fórum das Entidades já se compromete com as
34 questões particulares das entidades e que uma comissão representativa do Conselho seria
35 contraditória, já que representaria uma esfera do executivo atuando no legislativo, o que seria
36 ilegal. Conselheiro disse que não acredita na necessidade da formação de uma Comissão.
37 **Presidente** esclareceu que o CMDUA não representa uma instituição do executivo.
38 Conselheira **Helena** concordou com conselheiro Romano no que se refere à necessidade de a
39 comissão representar fielmente as decisões do conselho e opinou que aqueles conselheiros
40 que representam entidades não devem participar da comissão. **Presidente** se ausentou para
41 uma entrevista e conselheira **Helena** assumiu a presidência da mesa. Conselheiro **Jorge**
42 opinou que devem ser decididas as questões de representatividade da comissão. Conselheiro
43 **Lauro** opinou que a representação do CMDUA junto a Câmara lhe parece legítima.
44 Conselheira **Rosane** disse que entende que o texto de lei do Plano Diretor de Porto Alegre já
45 foi elaborado e que assim entende que o trabalho realizado pelo Conselho já está encerrado.
46 Entende que a responsabilidade a partir da confecção do texto pertence ao executivo e ao
47 governo e que as entidades devem se fazer ouvir através do Fórum das Entidades.
48 Conselheiro **Jaime** disse que concorda com a opinião da conselheira Rosane. Conselheiro
49 **Zorzi** concordou, dizendo que agora a responsabilidade é do Fórum das Entidades.
50 Conselheira **Sandra** opinou que a política se faz no “corpo a corpo” e que sendo assim aquele
51 que não é visto não é lembrado. Opinou que infelizmente discorda da conselheira Rosane e



ATA N.º 2352

1 que considerando o trabalho exaustivo e incessante realizado por ela e pelos colegas para a
2 confecção do texto de lei referente ao Plano Diretor da cidade opinou que o Conselho deve ser
3 representado junto a Câmara para se fazer lembrar. Conselheiro **Nilson** reforçou as palavras
4 de Sandra, opinando que em função de todo o esforço realizado pelo CMDUA é importante
5 que ele se faça representar independente de o Fórum das Entidades continuarem defendendo
6 suas propostas. Conselheiro **Romano** disse não ver contradições em as entidades estarem
7 representadas na Câmara, mas que o Conselho representa a comunidade da cidade de forma
8 legítima, tendo responsabilidades no que se refere à continuidade da dedicação da revisão do
9 Plano Diretor e opinou que não se fazer presente na Câmara seria uma omissão, inclusive
10 porque os conselheiros são cobrados pela comunidade. Conselheiro **Zago** ressaltou que seria
11 o executivo o principal responsável pelas discussões se não tivessem havido alterações do
12 texto de lei após a atuação do Conselho. Sendo assim, opinou que a presença do Conselho na
13 Câmara é fundamental ainda mais pelo fato de as decisões celebradas no interior do CMDUA
14 terem se mostrado em sua grande maioria em muita concordância de opiniões e um nível
15 muito pequeno de divergências, sendo assim importante trabalhar para a preservação dessas
16 decisões. Conselheiro **Alceu** disse que se surpreendeu em identificar, e lamenta que nas
17 últimas eleições municipais havia grande número de vereadores eleitos que nem ao menos
18 tinham conhecimento das questões urbanísticas e importantes para a cidade, que muita gente
19 não sabe da existência e da atuação do CMDUA o que demonstra que a Câmara se mostra
20 inexperiente e ineficaz. O conselheiro defendeu a presença do Conselho na Câmara.
21 Conselheiro **Euclésio** lembrou que na penúltima reunião do Conselho foi que seria definida a
22 eleição da comissão. Conselheira **Leonete** falou do quanto é importante que se acompanhe os
23 processos que passaram pelo Conselho, e com sua experiência ilustrou o quanto há falta de
24 consideração por parte da Câmara de vereadores em relação às decisões firmadas pelo
25 Conselho. Conselheiro **Breno** entendeu a preocupação dos conselheiros em acompanhar o
26 trâmite de suas decisões, mas disse que tem dúvidas sobre a viabilidade de se constituir uma
27 comissão, em termos práticos e de legalidade política e jurídica. Conselheiro **Euclésio** opinou
28 que é importante que se defenda na íntegra o que foi decidido no CMDUA. Conselheiro **Alan**
29 opinou que a pressão política sobre os vereadores é muito importante para gerar atitudes e
30 pensa que se o Conselho não exercer essa pressão as decisões do Conselho não serão
31 levadas a diante. Opinou que mesmo sem um reconhecimento jurídico, o Conselho deve fazer
32 uma pressão política. Conselheira **Liseane** opinou que antes de se votar pela instituição da
33 comissão, deve ser verificada a possibilidades jurídica dessa concretização. Conselheiro
34 **Euclésio** citou o artigo dois da lei quatro três quatro para demonstrar a validade jurídica de
35 atuação do CMDUA. Conselheira **Liseane** sugeriu que a discussão sobre a comissão seja feita
36 em um outro momento, pré-determinado. Conselheiro **Jorge** opinou que este assunto deve ser
37 discutido o quanto antes, enquanto ainda há tempo. Conselheiro **Romano** por questão de
38 ordem lembrou que já foi dito pela presidente que a instituição da comissão seria votada na
39 presente data. **Presidente** dá voz à conselheira Rosane, e a questionou sobre a legalidade de
40 se instituir uma comissão. Conselheira **Rosane** diz que é o prefeito quem dará a palavra final
41 sobre o assunto. Conselheiro **Márcio** retornou à mesa, assumiu a presidência da mesma e
42 propôs a votação da proposta do conselheiro Euclésio sobre a constituição da comissão.
43 Conselheiro **Breno** propôs que se adie a votação para que antes possa ser verificada a
44 validade jurídica dessa ação e se preserve a próprio Conselho e o prefeito de qualquer
45 constrangimento. **Presidente** propôs a votação de a proposta de adiamento por uma semana
46 para que se façam essas verificações. Conselheiro **Romano** questionou essa votação
47 lembrando que já havia sido decidida a votação sobre a formação da comissão. Conselheiro
48 **Alceu** que nada impede de ter-se mais opiniões sobre o tema e que podem existir outras
49 propostas. **Presidente** coloca em votação a apreciação da proposta de instituição de comissão
50 na presente data ou o adiamento dessa apreciação para a próxima semana. A apreciação na
51 presente data foi aprovada por doze votos favoráveis contra oito votos favoráveis ao



ATA N.º 2352

1 adiamento. **Presidente** colocou em votação a instituição de comissão que represente o
2 CMDUA junto a Câmara Municipal e esta foi aprovada com quinze votos favoráveis, sete votos
3 contrários e nenhuma abstenção. **Presidente** propõe o prazo de setenta e duas horas para a
4 apresentação dos nomes daqueles conselheiros que se interessam em fazer parte da mesma.
5 Conselheiro **Euclésio** sugere a apresentação dos nomes na próxima reunião. A Secretária
6 Executiva enviará aos conselheiros por e-mail a definição da formação da comissão assim
7 como receberá os nomes daqueles interessados em integrá-la. **Processo Quatro ponto Sete**
8 teve prioridade de análise; relator SMGAE; expediente número 002.276912.00.3
9 (002.070576.09.2) (004.000548.08.1); interessado: DMHAB; assunto: EVU Vila Asa Branca –
10 Minuta de decreto de instituição AEIS e resolução Inclusão Traçado Viário; local: número sete
11 mil e setenta da Avenida Assis Brasil; Conselheiro René fez o relato e se manifesta favorável à
12 instituição de AEIS para a Vila Asa Branca assim como à aprovação de EVU de condomínio
13 para esta região, alteração de gravame através de resolução. Conselheira **Helena** se disse
14 favorável ao pareceres, já que são de importante interesse social, contudo opinou que seria
15 importante que os prazos para a análise dos processos pelos conselheiros fosse aumentado,
16 para que de fato seja possível de se fazer uma análise apropriada. Os pareceres e a resolução
17 foram aprovados com dezesseis votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma
18 abstenção. Conselheiro **Zago** lembrou que a ordem do dia foi interrompida em função da
19 extensão das discussões anteriores e solicitou espaço para uma comunicação. Disse que o
20 Sinduscon está reformulando o seu quadro de participantes no Conselho, que a equipe técnica
21 está sendo consolidada e que o arquiteto Sérgio representará a entidade junto no CMDUA,
22 substituindo a conselheira Sandra, que se ausentará para uma viagem. Em nome da
23 Sinduscom o conselheiro agradece e enaltece a participação da conselheira. **Processo**
24 **Quatro ponto Um**, relator: GP; expediente número 002.071973.07.9; interessado: SPM;
25 assunto: Minuta de Lei para instituição de EIV; Adiado. **Processo Quatro ponto Dois**, relator:
26 IPES; expediente número 002.203920.00.6. interessado: Adelghi Ernesto Rasia; assunto:
27 Resolução Alteração Traçado Viário e Área Verde; local: número duzentos e quarenta e outros
28 da rua Álvaro Veiga Andrade. Adiado. **Processo Quatro ponto Três**, relator: STICC;
29 expediente número 008.000221.08.2; interessado: Unibus; assunto: Resolução – Inclusão
30 Traçado Viário; local: Entre a Avenida Aparício Borges e a Rua Doze de Outubro; Adiado.
31 **Processo Quatro ponto Quatro**, relator: SERGS; expediente número 002.296635.00.2;
32 interessado: GRL; assunto: Resolução Alteração Traçado Viário; local: Estrada Costa Gama;
33 Adiado. **Quatro ponto Cinco**; relator: ICOMOS; expediente número 002.236511.00.1;
34 interessado: Jasco Gilnei Silveira da Rosa; assunto: EVU de Desmembramento; local: número
35 trezentos sessenta e oito da Avenida João Ferreira Jardim. Adiado. **Processo Quatro ponto**
36 **Seis**, relator: IPES; processo número 002.258847.00.1; interessado: Tribunal de Justiça;
37 assunto: EVU Edificação; local: número mil quinhentos e sessenta e cinco da Avenida Borges
38 de Medeiros. Adiado. **Processo Quatro ponto Oito**; relator: STICC; número do processo:
39 002.070221.09.0; interessado: SPM; assunto: Resolução Alteração GA; local: Avenida Ecoville.
40 Adiado. Às vinte horas foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de
41 Desenvolvimento Urbano e Ambiental pelo Presidente. Eu, Ana Paula Tomasi, assino e lavro,
42 juntamente com o Presidente a presente ata.

43
44
45
46
47

Ana Paula Tomasi
Secretária Executiva

Márcio Bins Ely
Presidente